

HOMENS LIVRES

LIVRES DA FINANÇA & DOS PARTIDOS

«Livres e seguros» — CAMÕES.

COLABORADORES: AFONSO LOPES VIEIRA, AGOSTINHO DE CAMPOS, ANTONIO ALVES MARTINS, ANTÓNIO ARROYO, ANTÓNIO SARDINHA, ANTÓNIO SÉRGIO, AQUILINO RIBEIRO, ARTUR CASTILHO, AUGUSTO CASIMIRO, AUGUSTO DA COSTA, AURÉLIO QUINTANILHA, BETTENCOURT RODRIGUES, BOURBON E MENEZES, CAMARA REYS, CARLOS MALHEIROS DIAS, CARLOS SELVAGEM, CASTELO BRANCO CHAVES, CELESTINO DA COSTA, EZEQUIEL DE CAMPOS, FARIA DE VASCONCELOS, FERREIRA DE MACEDO, MAJOR FRANCISCO ARAGÃO, FRANCISCO DE LACERDA, GUALDINO GOMES, JAIME CORTESÃO, JAIME DE MAGALHÃES LIMA, JOSÉ DE FIGUEIREDO, JUSTINO DE MONTALVÃO, MANUEL DA SILVA GAYO, MARCK ATHIAS, PAULO MERÊA, PEQUIFO REBELO, RAÚL BRANDÃO, RAÚL LINO, RAUL PROENÇA, REIS MACHADO, MAJOR RIBEIRO DE CARVALHO, REYNALDO DOS SANTOS, CAPITÃO SARMENTO PIMENTEL, SIMÕES RAPOSO, VIEIRA DE ALMEIDA, VIEIRA DE CAMPOS.

NÚMERO 2 — 12-XII-1923 — LISBOA

À DIPLOMACIA PORTUGUESA

POR intermedio dos jornaes espanhoes e italianos, chegam-me os primeiros echos (26 de Novembro) da recente viagem do rei de Espanha á Italiã. E, como de grande importancia se me afigurem, aqui em parte os reproduzo.

Primeiro :

Palavras de Mussolini n'uma entrevista concedida, em Roma, ao illustre escriptor espanhol, Sanchez Maza, correspondente do «A. B. C.», de Madrid :

«Os que levianamente fallam de uma decadencia da Espanha, muito facilmente olvidam o que a Espanha creou além Atlantico, onde as nossas duas raças se uniram e fusionaram para alli fundarem um novo mundo latino. O povo italiano tem a clara visão não só de que a Espanha pode e deve ser na Europa moderna, e particularmente no Mediterraneo, mas tambem do muito que representa, no ponto de vista economico e politico, a *cordialidade italo-hispanica na America. Gloriosa tarefa a que alli temos, juntos, a desempenhar*. De nós provem as jovens sociedades da America do Sul. E' quasi um symbolo e um presagio que a terra do

outro lado do Oceano tenha sido pela primeira vez pizada por um italiano que navegue sob as insignias gloriosas de um rei de Espanha — um italiano audaz e crente na sua fé, ao serviço de um rei clarividente. Allí temos o nosso sangue e allí creou o nosso genio uma nova civilização. Devido ao nosso labôr tenaz allí conquistámos florestas virgens e penetrámos no immenso deserto. Sobejam á Italia e á Espanha motivos para contemplarem com orgulho esse labôr commum, e compartilharmos, italianos e espanhoes, a alegria de termos contribuído para a valorisação mundial d'aquellas jovens nações, nos quaes diffundimos o sagrado patrimonio da nossa civilização...

«Como considero a viagem de S. M. o rei de Espanha como um dos acontecimentos mais gratos, na historia das relações entre os nossos paizes.»

Logo depois :

Trecho do discurso, pronunciado no Vaticano, perante o Summo Pontífice, pelo rei Affonso XIII :

«A impetrar, me atrevo, de Vossa Santidade que o mundo americano, que forma quasi um terço do orbe, tenha uma mais numerosa representação no Sacro Collegio; petição que vos faço Santissimo Padre, n'este logar, um dos mais augustos da terra, para aqui proclamar a *aspiração vehementissima da Espanha de fundir-se, n'um carinhoso e apertado abraço, com as que foram suas antigas colonias do Novo Mundo*, e para que, unidos todos os espanhoes, tanto os de aquém como os de além Oceano, a raça hispano-americana atinja o zenith da grandeza a que tem direito por haver sido a propulsora dos mais altos ideaes da Humanidade e por haver cobijado todas as suas glorias, sab os braços redemptores da Cruz.»

E mais ainda :

Da saudação dirigida pelo rei de Espanha ao rei de Italia, no banquete de gala, no Quirinal, destacarei tambem as seguinte palavras :

«Italia e Espanha, afins pela raça e pela sua historia, não o são menos pelo fecundo labôr que desenvolvem em povos, hoje livres e prosperos, que navegantes espanhoes descobriram, sob a direcção do maior e do mais famoso de todos os mareantes, Colombo, de estirpe italiana. Logico é pois que essa missão historica prosiga na sua obra atravez da hmanidade e dos tempos.»

E, finalmente :

Poucos dias antes de partirem para Italia os reis de Espanha, era publicado na «Gaceta Official» um decreto real marcando para 17 de Abril de

1927 a inauguração, em Sevilha, de uma grande Exposição ibero-americana. E muito brevemente outro decreto será publicado creando tambem em Sevilha, e em edificio para esse fim especialmente construído, uma Universidade ibero-americana.

E pergunto eu agora :

N'este momento em que a Espanha e a Italia, de mãos dadas e olhando, não só ao Mediterraneo, mas ao Atlantico, tentam, de commum accôrdo, approximar-se da America latina, o que é que de todos estes importantissimos factos, que tão de perto nos interessam, pensa a nossa diplomacia? Não serão elles o bastante para alguma coisa lhe sugerirem no que respeita ás nossas relações, não já apenas com o Brasil, mas tambem com a Espanha e a Italia, e, por intermedio do Brasil e da Espanha, com as republicas espanholas da America? E não julgará chegado o momento de, *em união com o Brasil*, e, acertando o passo com a Espanha e a Italia, com essas nações nos encaminharmos para uma união latina, onde um grande logar nos compete, não só pela nossa situação geographica, no extremo occidente europeu, mas tambem pelo que ainda nos resta, no Atlantico e no Indico, do nosso imperio ultramarino e que ainda basta para nos collocarmos, como potencia colonial, logo em seguida á Inglaterra e á França?

Ou será que, alheios ao que a nosso lado se passa, continuemos, agravando-lhe os perigos, no nefasto isolamento e no lamentavel estado de insegurança e renuncia em que temos até hoje vivido? Que a tudo isto attenda a nossa diplomacia, mas bem na certeza de que o momento, que atravessamos, não é de hesitações, mas de decisões; e que a todos os povos da Europa é hoje, mais do que nunca, applicavel o conhecido e velho aphorismo — *os que não são por nós são contra nós*.

Situações bem definidas se impõem. Nem perigosos isolamentos, nem mal disfarçados e humilhantes tutelas.

Pensam alguns (bem sei) que, pará restabelecemos, na balança da Europa (como dizia Garrett) o nosso perdido equilibrio e activamente intervirmos na vida internacional, se torna necessario pôrmos, primeiro, a nossa casa em ordem. Ha n'isto — não o contesto — uma certa parte de verdade. Mas, cuidado! Que uma faisca, vinda de fóra, por negligencia nossa, não nos ponha a casa em chammass, enquanto estamos a discutir como é que havemos de pôr a casa em ordem... (!)

DR. BETTENCOURT RODRIGUES.

NOTA — Ultimas paginas do livro, a sair do prelo : — *Pravaveis alianças e agrupamentos de nações. UMA CONFEDERAÇÃO LUSO-BRASILEIRA.*

O PROBLEMA DA INVESTIGAÇÃO SCIENTIFICA EM PORTUGAL

Não faltam ao nosso país actividades literária e artística dignas de nação civilizada: já se não pode dizer o mesmo da actividade scientifica. Portugal pode, justamente, orgulhar-se de ter desempenhado um papel fundamental na civilização moderna. Foi elle que iniciou o ciclo das descobertas, assim como a expansão colonial que veio a ser depois tão grande preocupação para as nações europeias. Qualquer destas iniciativas — ninguém hoje pode já negá-lo — foi muito mais do que aventura ou emprêsa bélica; resultaram de sciencia rigorosa e de coragem indomita; e, se os sentimentos da fé cristã e do patriotismo, se outros menos nobres, mas não menos fortes, como a «gloria de mandar, a vã cobiça», lançaram os portugueses ás descobertas e conquistas, dirigiu-os um notavel espirito scientifico, cuja importancia não poderá ser exaltada em demasia. Mas, concluída, ou, por outra, interrompida a nossa missão, esse espirito scientifico que fizera fructificar as matematicas, a astronomia, a cosmografia, a arte náutica, que fizera dar, com D. João de Castro, os primeiros passos á oceanografia, retirou-se quasi por completo da nossa gente. E, ao passo que as sciências surgem ou resurgem umas após outras na Europa do Renascimento, em Portugal um ou outro astro scientifico brilha isolado, e a nossa gente fica-se desoladoramente para trás, cada vez mais afastada do formidavel movimento scientifico que se vai acentuando. E nunca mais Portugal se encontrou na primeira fila das nações civilizadas.

Este artigo não tem a pretensão de fazer historia; se cito factos históricos é porque deles preciso para o exame da nossa situação actual no dominio dos estudos scientificos. A escassez de homens de sciencia e de descobertas scientificas em Portugal tem sido attribuida a muitas causas. Como a Espanha sofre do mesmo mal, as causas que por lá se imaginaram tambem por cá aparecem invocadas. O grande Cajal enumera-as, para as rebater, no livro precioso que escreveu sob o título de «Reglas y consejos sobre investigacion biológica», dedicado á juventude da sua pátria. Inventaram-se as chamadas teorias telúricas, que attribuem a deficiencia da produção scientifica quer ao clima, quer à secura da terra; e fácil é a Cajal demonstrar o absurdo dessas teorias. Buscou-se na economia e na politica da Espanha e de Portugal, como no fanatismo religioso e até na excessiva preocupação colonial, a causa dessa deficiencia; mas os que invocam essas causas esquecem-se de lhes juntar a mais importante, a que me vou referir dentro em pouco. Fi-

nalmente, há quem busque a explicação em pretensas qualidades da raça, tão facilmente invocadas, tão difíceis de definir. Ao menos, ninguém se lembra, julgo eu, de considerar menos inteligentes os portugueses ou menos próprios para as actividades do espirito, visto que no campo literário sustentam honrosamente a comparação com qualquer outro povo civilizado, mesmo durante os tempos geralmente considerados de decadencia.

Os verdadeiros motivos há que ir buscá-los alures; no «enquistamento espiritual da Peninsula» como diz Cajal, no «isolamento» como lhe chama mais concisamente Antonio Sergio. Nos primeiros tempos das descobertas o intercâmbio cultural com a Europa é intenso, assim como o comercial. Tudo indica que a nação vai entrar tão intensamente no movimento espiritual como na expansão geográfica; mas, uns após outros, succedem-se factos que o inibem. Rasões tão fortes do ponto de vista religioso como do económico e do social levam à expulsão dos judeus e à repressão da heresia. Não cometerei o erro de julgar a politica religiosa de D. Manuel e de D. João III à luz enganadora dos sentimentos de hoje; não é já licito ignorar que essa politica visou a preservar a unidade moral da nação e que se fez com o aplauso e até por exigência dos povos. Mas não há tambem dúvida de que a repressão dos perigos reais que ameaçavam a grei foi nefasta de vários modos, pois, com os judeus, privou a pátria de uma élite de grandes aptidões scientificas, com as perseguições aos humanistas illustres que tinham vindo para a Univeridade, afastou elementos valiosos, com a censura do Santo Officio, restringiu lamentavelmente a influencia de obras escritas noutros paizes e impediu muitas publicações, com a sua politica desconfiada e estreita, criou as mais desfavoraveis condições á cultura da sciencia e manteve a nação alheada da intensa actividade que na Italia, na França, na Flndres, na Inglaterra, na Alemanha, ia creando os fundamentos da sciencia moderna.

Após a Restauração foram várias as tentativas de reforma; esboça-as, sem as realizar, D. João V, leva-as a cabo Pombal com a reforma da Univeridade; continuam no reinado de D. Maria I e D. João VI com a criação da Academia Real das Sciências e a reforma do ensino médico; finalmente, no periodo liberal succedem-se as reformas de ensino e as criações de novos estabelecimentos scientificos, vindo a Republica a fazer novas reformas e a criar novas instituições pedagogicas. Apesar de tudo, como, na sua maior parte, as sucessivas re-

formas ou assentam em bases falsas, ou não tem execução, as condições necessárias para o progresso científico em Portugal não aparecem. Por isso os sábios eminentes que ilustram o nosso século XIX são raros e isolados, sem ligação com o meio, quasi sempre sem antecessores, nem continuadores, sem poder fazer escola. Aparecem no professorado superior como epifenómenos e muitas vezes não lhe pertencem sequer. Felizmente, porém, o seu esforço não é de todo vão. Assim como em Espanha, Cajal, que surgira inesperadamente, sem precursores, criou escola fecunda e, sobretudo, criou espírito científico, assim, em Portugal, o exemplo daqueles homens fructificou. Se alguns centros de estudos, infelizmente, após terem brilhado, se apagaram ou amorteceram, outros surgiram e se iluminaram de fecunda actividade. E' com desvanecimento que menciono o movimento que, em sciências biológicas, se nota há uns vinte anos na Faculdade de Medicina de Lisboa, com repercussão animadora na do Porto, e oxalá que em breve tambem na de Coimbra. Esse movimento tem já hoje no estrangeiro o mais simpático e consolador acolhimento. Assim, não obstante a falta de tradições científicas importantes, a imperfeição das instituições pedagógicas, a inexistência de um grande e variado meio científico, a indiferença do publico, as dificuldades materiais, ainda há quem se dedique à investigação, quem mantenha alto, no campo da sciência, o nome do país; mas este só dá por isso quando a sciência se exterioriza em feitos tão memoráveis e retumbantes como os de Coutinho e Cabral.

Não nos faltam pois as aptidões científicas: faltam-nos as instituições que permitam o seu desenvolvimento, indispensáveis para que o culto da sciência não seja, em Portugal, obra do acaso, sem continuidade nem influencia. Sufoca-nos o isolamento, fatal à sciência, como profeticamente lembrou Malaguti ao illustre Agostinho Vicente Lourenço, quando este notável químico deixou o laboratório de Wuriz para regressar a Portugal. Toda a nossa economia, a agricultura, a indústria, a viação, a hygiene pública, o comércio, precisam de direcção científica, de homens de sciência autênticos que criem e inventem, e não dos que, denominando-se assim, não passam de diplomados mais ou menos brilhantes, mas infecundos. O recurso à importação de estrangeiros, de que temos vivido vergonhosamente para a direcção das grandes e pequenas explorações, tem de acabar; é dispendioso, cada vez mais difficil de obter, interesseiro e humilhante. Util quando se destina a educar os novos, torna-se nocivo quando visa a explorá-los. Portugal precisa de formar uma *élite* científica que oriente a sua economia e, para isso, tem que se munir de instituições científicas e pedagógicas que sejam as escolas dessa *élite*.

O culto da sciência exige hoje instalações dis-

pendiosas; custam caros os laboratórios, os instrumentos e materiais de estudo, os livros e revistas indispensáveis para que os investigadores estejam ao corrente do que se faz pelo mundo; e cara é outrosim a publicação científica. Luctam com a pobreza e o desconforto — quando não tem recursos próprios — os raros que entre nós se dedicam à sciência, e não encontram na consideração do meio — admirado, mas não admirador, — compensação moral para a sua miséria. Com a dureza crescente dos tempos, o recrutamento dos nossos investigadores vai-se tornando impossivel e as deserções vão aparecendo lamentavelmente. Neste momento, o nosso pequeno mas valoroso esforço pela sciência de Portugal está em perigo; aqui solto, com anciedade, o grito de alarme, o pedido de socorro. Laboratórios e bibliotecas correm risco de interromper o trabalho, de fechar portas. As miseráveis dotações que o parlamento lhes consagrou mal chegam para pagar as dívidas, pois ainda elle reduziu as que o Governo propusera, como se tais economias não fossem, além de ridiculas, criminosas, pelo que assassina de bela actividade espirital. Também noutros países o mesmo clamor se levanta, mas aí o mal é menos grave, não só porque governos e particulares se empenham em o minorar, mas tambem porque em França, na Alemanha, na Austria, na Italia, etc., são fortes as tradições científicas e vivazes as raizes que a investigação criou; passada a tormenta, refflorirá a árvore do sciência. Mas, entre nós, esta é planta de estufa; se o país a deixa, criminosamente, fenecer, se o esforço magnifico que tantas esperanças já dá, fôr aniquilado, quem será capaz de o fazer renascer!

Poucas dezenas de contos são necessárias para manter o que há e dar esperanças de porvir; não as regateie o país, que tanto malbarata em fumos vários. Não se neguem à sciência portuguesa os modestos recursos de que ela precisa; e as somas que lhe forem consagradas serão daquelas que mais renderão. Do desenvolvimento da nossa sciência virá a regeneração da «patria nossa amada».

A. CELESTINO DA COSTA.

«Praza a Deus que todos de um impulso, de um acôrdo, de simultâneo e unido esforço: todos os Portugueses (sacrificadas opiniões, esquecidos ódios, perdoadas injúrias) ponhamos peito e metamos ombros á difficil mas não impossivel tarefa de salvar, de reconstruir a nossa perdida e desconjurada Patria, — de reequilibrar emfim Portugal na balança da Europa».

GARRETT.

A QUESTÃO AGRÁRIA

A necessidade de se resolver directamente o problema da partilha, posse e exploração da terra, aqui em Portugal, não se tem mostrado ás claras e imperiosamente, porque, de longos séculos atrás, a politica nacional resolveu e continua a resolver tais problemas por processos indirectos e nada ruidosos, embora de grande ruina. Chega-se até a imaginar que em Portugal não há questão agrária. Mas há; e constitue ela o problema fundamental de toda a nossa politica de reorganização.

Agora toda a gente olha quasi só para a questão financeira, na posição insolúvel de se arranjar sem demora dinheiro bastante para o comunismo burocrático e mavórcio, ampliado e consolidado principalmente depois da *traulitânia*. Não há coragem para se anular tão rapidamente, e na mesma proporção, como se nomeou e promoveu, a legião dos orçamentados e aquartelados. O desequilíbrio financeiro há-de perdurar, por mais promessas que se façam de *superavits*, assim como o desequilíbrio economico e demográfico, enquanto não se começar a resolver de facto a questão agrária. Nem o emprestimo forçado, nem a tributação forte e a esmo de toda a riqueza e comodidades, na inconsciência estúpida das acções reflexas do mau proceder politico, podem estabelecer o equilibrio orçamental e sustar a derrocada do escudo, se o governo não descobrir outros elixires além dos do Sr. Cunha Leal para a salvação da crise.

O equilibrio financeiro não é um fim de governo; mas tão somente *uma condição imprescindivel* para se poder governar. E governar, em Portugal, tem de ser: dar a correcção indispensavel ao desequilíbrio das profissões, ao desequilíbrio economico e ao desarranjo demográfico.

— *Tudo isto está intimamente ligado ao problema agrário*, que vamos definir em dois traços.

As condições naturais do solo — clima, geologia, orografia, etc. — impõem formas características de exploração da terra (pelas suas adaptações naturais), e trabalhos adequados de correcção do ambiente regional, para o maximo proveito do cultivo.

Desde tempos imemoriais predominam os factores naturais na partilha e exploração do nosso solo, em acôrdo com os sucessos da demarcação do territorio, de modo que no Sul a população tem sido sempre escassa, e a terra de feitto alemtejo tem mostrado sempre o predomínio da grande propriedade; enquanto que no Nordeste a propriedade foi e é pequena, frequentemente minuscula, e a população densa, por vezes sobresaturada em relação ao seu progresso económico.

Nunca o indigena impôs correctivos fortes ao ambiente natural, por grandes e multiplas obras de

rega e arborisação; vem a politica perturbou a partilha histórica, secularmente enraizada do solo.

Acontece então que hoje pouca gente satura a nossa terra de feitto alemtejo; enquanto no Noroeste a emigração avultada é a válvula de segurança para que não se comam por lá uns aos outros, em extrema acumulação. Ao mesmo tempo o «celeiro do país», já como tal cantado por Camões, não nos dá o pão; e as terras de mais gente não nos asseguram indústria solida e variada, bastante para levar ao equilibrio económico pelo comércio exterior.

A gente que exportamos, especialmente para a França e para o Brasil, em correntes emigratorias tão sossegadas que não damos por elas senão no retôrno dos francos e das patacas, é a que nos faz falta na nossa terra mal povoada da metropole e nas terras coloniais, para a valorização da grei e do território.

Ela espalharia aldeias no descampado agora deserto entre as vilas e cidades alemtejanas, povoando médias e pequenas propriedades entre as vastidões das herdades; mudaria depressa o feitto principalmente pastoril e de exploração dos recursos semi-expontaneos da terra do Sul, em policultura adaptada ás condições regionais; aproveitaria em rega, que tanto melhora a produção do solo, os elementos hydraulicos da terra onde agora a agua nem chega para os passarinhos; vestiria de arvores o chão escaldado que nunca sentiu o afago d'uma sombra enraizada; e encheria de vida a solidão.

Imaginemos que fixávamos na nossa terra mal povoada ainda menos de metade da gente que exportamos em cada ano; que por cada navio com mil emigrantes acomodávamos na cultura do Alemtejo os passageiros dum vagão de *galegos* (como acolá chamam aos da Beira). Industriais e comerciantes, notai: chapéus, botas, vestuario, ferramenta, etc. a vender a essa gente. Portugueses, olhai: trigo, carne, lã, etc., para o nosso abastecimento e para vender, logo que sobrasse, á Europa faminta, que pode não querer vinho, nem ferro, nem maquinas, mas que não recusará adquirir pão, fibras, gorduras. Politicos, atendei: diminuem os pretendentes de empregos, os pronunciamentos, os revoltados, as bombas...

Humanizar-se-ia a natureza pela correcção do ambiente cultural e da povoação; viria o bem-estar a tantas familias que de outra forma estariam desmembradas; surgiria um espirito nacional neste revolucionario comunismo de pedintes em autofagia.

EZEQUIEL DE CAMPOS.

ALMAS REPUBLICANAS

Chamou António Sérgio aos integralistas, ou, pelo menos, aos melhores dos integralistas (o que, para o caso, não é indiferente!) «almas republicanas». Não repelierei, por minha parte, a designação, desde que lhe precisemos o sentido. Já no seu tempo Bonald observava — e Bonald, doutor da Contra-Revolução, deve-nos ser insuspeito! —, que o que tornava o homem forte na sociedade era a mistura dos sentimentos de independência republicana com os princípios da fidelidade e da obediência monárquica. Em semelhante definição nos situamos nós, os integralistas, a quem António Sérgio se dirige.

Defensores, contra a centralização abusiva do Estado moderno, — ou seja êle de estrutura electiva, ou simplesmente monárquico-liberal, — daquele perdido localismo municipal, corporativo e provincialista, em que nasciam e se robusteciam as virtudes cívicas dos antigos cidadãos, o adjectivo «republicano» pode caber-nos, na verdade, logo que o restituamos ao sentido apontado.

Exprime até magnificamente o nosso protesto político perante o que são hoje as «republicas», como sistemas de governo, — maquinas de burocracia congestiva, em que as oligarquias, tanto partidárias como plutocráticas, asfixiam as livres iniciativas não só dos individuos, como da colectividade.

Numa sua passagem célebre, também Charles Maurras (de quem António Sérgio um pouco apaixonadamente nos tem como «escravos intellectuais») virá em auxilio da posição, aparentemente paradoxal, em que me colloquei, ao aceitar sem maior relutância, para os integralistas, o ajetivo de «almas republicanas.» Diz Maurras com efeito, algures, que *«le mot république a un sens raisonnable: même après le rétablissement de la Monarchie, il pourra être conservé dans ce sens primitif que désignait l'écluse des affaires communes... En revanche, démocratie doit être rayé, banni et oublié, comme pur synonyme de dégénérescence, expression de la désorganisation et de l'émiettement, épine linguistique de ce que le régime de la république eut jadis de plus funeste. C'est la démocratie qui est l'élément anarchique de la république; c'est la démocratie qui est l'élément permicieux du socialisme.»*

Evidentemente que António Sérgio não concorda. Se concordasse, que alegria para nós e que reforço de alto talento para a causa nacional! Mas entendendo, como António Sérgio entende, a necessidade que há, entre «homens livres», de delimitar responsabilidades e de fixar órbitas. Por mim, não pretendo outra coisa, para leal e justa compreensão

daquilo que é licito pedir-se-me e do ponto até onde é possível chegar-se, de modo que, atribuindo ás palavras de António Sérgio a significação em que as recebo, sinto naturalmente que elas se me ajustam sem contrangimento.

Ponderar António Sérgio que no depoimento de Maurras passa uma idéa errada de democracia. Não o discutiremos agora! Mas, sem dúvida, António Sérgio concede que «democracia» para Charles Maurras e para todos os tradicionalistas vale como *individualismo*. Ora em combate franco ao individualismo na sua maior manifestação: — a Plutocracia, nos achamos aqui, neste reduto, dando as mãos fraternalmente, criaturas providas dos mais diversos sectores do pensamento humano, desde o senhor Raul Proença (saúdo com respeito o meu adversario!), impugnador incançavel das verdades semeadas pelo *integralismo*, até ao meu reaccionarismo, cada vez mais justificado, mais consciente e mais indefectível.

Eis um facto que incontestavelmente prova, não só que a António Sérgio não satisfaz a «democracia» como ela é (e Antonio Sérgio não o oculta, quando distingue entre *democratas seculo XIX* e *democratas seculo XX*), mas que, para a rectificar e organizar, nos agrupa a nós, integralistas, nos poucos núcleos portugueses susceptíveis de trabalharem pela sua reforma e melhoramento. Não bolirei na respeitavel utopia de Antonio Sérgio. Na guerra a que reputamos como inimigo comum, — a Plutocracia e o Partidarismo, — apenas nos cabe falar do que nos une e não do que nos separa.

Decerto que um integralista se encontra mais perto dum «radical seculo XX», como Antonio Sérgio, do que de qualquer avantajado corifeu da ignóbil mentira caída em 5 de Outubro de 1910.

Com toda a sua rica experiencia psicologica, Léon Daudet (não se arripie, António Sérgio!) não hesita em declarar num dos volumes das suas *Memorias* que a um monárquico-liberal, — matéria morta em total desagregação, — refere o convívio e a prática dum extremista, porque, no seu negativismo, é sempre um afirmativo virado do avesso. Não é êsse o caso de António Sérgio, de intelligencia tão trabalhada pelas correntes orgânicas do nosso tempo, e, ao nosso lado, um demolidor tão convencido do romantismo verbal, de que padece a mentalidade portuguesa. E' logica, portanto, a nossa aproximação, — e com honra o digo, porque, descontadas as nossas divergencias, não de pessoas, mas de finalidade, António Sérgio e os seus companheiros marcam na podridão ambiente uma notavel reserva de saude e bravura moral.

O que lamento é que tais divergencias não se-

jam tão superficiais como António Sérgio o supôs. Exactamente porque os integralistas se teem como «almas republicanas» é que a instituição monárquica não é para êles um detalhe decorativo, ou episodio de museu. Sustentando uma teoria imprevisita sol retudo porque remexia de alto a baixo os conceitos estabelecidos, Fustel de Coulanges opinava que o verdadeiro regimen democratico (para Fustel «democracia» correspondia ao «republicanismo» do senhor de Bonald) era a Monarquia, enquanto que a Republica era o regimen aristocratico (ou oligárquico) por excelencia. Fundamentava o autor de *La cité antique* a sua teoria com os ensinamentos de antiguidade classica, em que a *tiranía* e o *cesarismo* foram governos conscientemente populares, não succedendo o mesmo com as situações republicanas saídas de castas fechadas e absorventes, qual aconteceu na Idade-Média e no advento do Absolutismo, com as monarquias europeias, centralizando, para arrancar as camadas humildes ás consequencias opressivas da dispersão da soberania pelos poderosos do sangue e da propriedade. O mesmo ocorre na nossa época, mudando um pouco os nomes ás coisas.

Porque evita a quebra e dispersão da soberania, (pertença exclusiva do Estado, que as democracias contemporaneas, victimas do atomismo da sua natureza defeituosa, distribuem atrabiliariamente pelas varias classes em que se pulverizam) é que na nossa desconjuntada Europa o recurso á ditadura se tornou o pão nosso de cada dia. O que é o recurso á ditadura, como garantia das liberdades publicas, — e não da Liberdade metafisica dos códigos! —, senão o apelo para a força coordenadora da Monarquia? Nada faria de positivo Primo de Rivera, precipitando a Espanha na guerra civil, se não lhe acudisse como apoio legalizador o prestigio historico da riezaleza. Republicano de origem e de doutrina, porque foi, senão por isso, que Mussolini confiou á Monarquia o destino e a viabilidade da sua acção governativa? De resto, já Mazzini, republicano como o actual *Dux* do Fascismo, acabou por reconhecer nas instituições monárquicas o unico agente eficaz da unidade italiana. Identica attitude assumiu no seu país o republicano Nansen, chamando ele proprio para o trono um principe estrangeiro, ao separar se a Noruega da Suécia. E na Alemanha, — na Imperial Republica, — como interpretar a decisão do General Steech, suprimindo a existencia de todos os partidos, senão como um *acto monárquico*, em que a lei do *interesse colectivo* prevalece sobre a lei da *opinião publica*, base fundamental duma democracia?

E basta! Creio sufficientemente assinalada a perfeita coerencia com que nós, integralistas, «almas republicanas», defendemos a Monarquia como fecho e remate da nação organizada. No restante, pelo que toca ás *partes*, e não ao *tudo*, coincidimos sinceramente em muita solução com os «democra-

tas» que figuram nesta trincheira ombro a ombro conosco. Anima-nos o mesmo fogo sagrado contra a barbaria dos tempos presentes, — é nosso comum mandamento desafrontar o claro sorriso de Minerva das fumaradas insolentes de Vulcano. Chamaram por nós num brado de heroica mocidade. A esse brado respondemos, porque respondemos sempre a tudo que seja por Portugal e a que não falte o selo dignificador da intelligencia. Demonstramos assim que não somos um *partido*. E se, como monarquicos, arde em nós o gosto sublime de *servir*, é *servindo* que as nossas «almas republicanas», segundo a lição de Bonald, oferecem ao país dividido um exemplo de necessaria e fecunda conciliação. Que lhe aproveite, e se volva num titulo de maior e mais ampla justiça para com o *Integralismo!*

ANTONIO SARDINHA

Pede-se a todos os Jovens-estudantes ou não, — amigos da «Seara Nova», que compareçam no proximo sabado 15 do corrente, ás 5 horas da tarde, na sede, Praça de Camões, 46, 2.º, para assunto importante e urgente.

SECÇÃO ARTISTICA DE HOMENS LIVRES

PRO ARTE

ASSOCIAÇÃO DE ARTISTAS PORTUGUESES

Musica — Letras
Artes plasticas
Theatro

PROGRAMA DESTES INVERNO

- 1.º — MÚSICA. Director, Francisco de Lacerda. Concertos de musica de câmara em Lisboa e nas principais cidades da provincia.
- 2.º — LETRAS. Director, Carlos Malheiro Dias. Conferencias em Lisboa e nas principais cidades da provincia, por Afonso Lopes Vieira, Antonio Arroyo, Antonio Sergio, Carlos Malheiro Dias, Francisco de Lacerda e Reynaldo dos Santos.
- 3.º — ARTES PLASTICAS. Director, Teixeira Lopes. Exposições de escultura, paisagem, retrato, desenhos e gravura, em Lisboa e Porto.
- 4.º — TEATRO. Director, Eduardo Brazão. Série de representações de obras seleccionadas do teatro nacional e estrangeiro, organizada por Augusto Pina.

DECADÊNCIA FÍSICA E APATIA MORAL

Uma impressão dolorosa de quem entra em Lisboa, vindo do estrangeiro, ao passear pelas nossas ruas, — é a de que transita num hospital: de tal maneira é fragilíssima, caída, exangue, gordurosa, descorada, a quasi totalidade da gente que por aí se topa.

Os nossos melhores observadores da segunda metade do século XIX notaram esse facto, dándonos a confissão de quanto elle os impressionava.

Ouçamos, por exemplo, Eça de Queirós, no seu artigo sobre Ramalho:

«Quando chego a Portugal, depois de um ano de Inglaterra, — além de tanta, tanta, tanta cousa que estranho, — há uma cousa que me deslumbra, e outra que me desola: deslumbra-me as fachadas caídas, e desola-me a população anémica. Que figuras! O andar desengonçado, o olhar mórbido e acarneirado, côres de pele de galinha, um derreamento de rins, o aspecto de humores linfáticos, a passeata triste duma raça caquética em corredores de hospital: e depois um ar de vadiagem, de *ora aqui vou, sim senhor*, de madracice, olhando em redor com fadiga, o crânio exausto, e a unha comprida, para quebrar a cinza do cigarro, à caita».

Em várias das suas obras, como nas páginas dos *Maíás* sobre as personagens infantis desse romance, e no final do *Crime do Padre Amaro*, insiste Queirós no desolador aspecto de decadência física do Português.

Ramalho Ortigão, nas *Farpas*, na *Holanda* e no *John Bull*, desenvolve impressivamente o mesmo tema.

«Eles e elas» (diz Ramalho nas *Farpas*, falando dos nossos jovens), «são palidos, teem as gengivas esbranquiçadas, os dentes baços, as pestanas longas, as pálpebras oftálmicas, os cantos da boca levemente feridos, o sorriso triste, os movimentos indecisos e fracos, o olhar quebrado... Olhem ao domingo ou à quinta-feira para um dos nossos colégios de educação em passeio na Baixa. Uma feira de pequenos macilentos e enfezados, encarreirados a dois de fundo, vestidos de preto ou com falsos uniformes de guarda-marinhas, vigiados por dois padres. Que diferença dos collegiaes ingleses, com o seus chapéus de palha, a blusa de flanela, o calção curto, a meia de lã, correndo livremente nos campos, com os grossos sapatos cheios de lama, em plena liberdade, entregues a si mesmos, responsáveis pelos seus actos, conscientes do seu direito e do seu dever como pequenos repúblicos!... O nosso estudantinho chega

da côr de uma cidra ao fim do curso dos liceus, tendo, além de todos os preparatórios, mau hálito, as pernas cambadas, a espinha torcida, algum tédio da vida e muita caspa».

Semelhante impressão a de Fialho de Almeida Na *Vida Irónica*, p. 11-13, escreveu elle:

«A matinée de esgrima, nos salões do Real Ginásio Club Português, reporta-me à *impreterível necessidade que tem a juventude portuguesa de restaurar seriamente a sua educação física*, cada vez pior e mais abandonada. Há dez ou dôze dias, estando no Tejo a esquadra alemã, foi ao Martinho um grupo de tripulantes dela, à hora em que por tôdas as mesas pergoritava o melhor da mocidade indigena, e medições de aspirantes do exército e de filhos familias pertencentes à burocracia e ao alto negocio. A entrada daqueles estrangeiros de pele branca, cabelo fulvo, e mãos enormes, foi um *emoi* de humilhação instintiva por todos os grupos onde a má lingua guizava os resumos politicos da Arcada, e fazia inventário ás poucas-vergonhas galantes da Avenida e dos teatrinhos de opereta.

«E todos unisonamente prognosticámos, sem desvio de uma virgula, o vergonhoso fim que espera a nossa pobre raça. De feito, a superioridade deles saltava-lhes insolentemente do tipo expressivo, nada banal, dos dentes solidos, das pernas tortas e secas de marcheurs, dos pés acostumados a calçar terra conquistada, das mãos afeitas a estrangular adversários, a manejar cabos, e a dar espadeiradas. Língua dura, gutural, lingua para falar em voz alta, sem inflexões nem preocupações musicais — olhos que vão direito, com traços de infancia no azul da pupila candida, mas infancia de povos onde já há maturidade completa de individuos... E nas mesas jacentes, acachapando se, cobrindo-se, escandalizados, aterrados quasi daquela attitude forte e imperativa, os delicados aspirantes bebedores de salsaparrilhas e de orchatas, os folhetinistas cinicos e macilentos, os negociantes bojudos e os tropegos guriteiros, nem sequer se atreviam a fitar em cheio, pupila a pupila, esses teutões procriadores, solidamente belos como barbaros, grandes e simples como tritões.

«E na mirada de soslaio que lhes lançam, ha quasi um odio, odio de inferiores, odio de impotentes, odio de subalternos! Oh, como toda essa população de refugio é mesquinha, grotesca e claudicante! Os pulsos éticos e secos, as mãos barbadadas de negro, unhas de meretriz, e olheiras de quem perde as noites em devassidões inconfessaveis!...

«E neste contraste eu vejo o destino que nos espera: descendemos dos senhores do mundo, e vamos em breve ser os seus criados!»

Nesta miséria física se vai entroncar a insensibilidade dos Portugueses, — a apatia moral e intellectual de toda essa gente que por aí jaz. E' vê-los na rua, — e logo compreendemos poraue em Portugal é factível ousar tudo (todos os abusos, todos os atentados, todas as audácias, todas as roubalheiras, todos os crimes) sem que se possa arrancar destes fantasmas, por mais que se lhes mostre, que se lhes berre, que se lhes chegue fôgo, e por mais que os seus tiranos lhes dêem de espora e de pontapé, — uma sombra de reacção. *Perinde ac cadaver*. Coisas que em Inglaterra, por exemplo, dariam decerto uma explosão total como uma fãulha bem acêsa arremeçada adentro de um paiol de pólvora, — passam aqui exactamente como uma gôta de água no dorso de um pato. *Perinde ac cadaver*. Gente atónica, gente morta!

E' que físico, intellectual, moral, são tres aspectos de uma só energia, de uma única força orgânica. E por isso não existe (falando rigorosamente) educação física: a educação é uma só, e todo bom processo educativo é ao mesmo tempo físico, moral e ético.

A educação física, portanto, constitui um todo complexissimo, e não consiste, como tanta gente supõe ainda, em fazer ginástica ao acaso. Puericultura, hygiene da alimentação e do trabalho, hygiene do repouso, estudo fisiológico dos movimentos e seus efeitos no organismo, determinação da espécie de ginástica mais conveniente para cada pessoa, disciplina dos desportos e organização racional deles, — quantos e quantos problemas a estudar, a resolver, a divulgar!

Mas não há dúvida de que um dos primeiros trabalhos a emprender é o de difundir intensamente, entre a mocidade das escolas, o gôsto e o hábito dos desportos e da ginástica, — e sobretudo (por motivos que seria longo desenvolver neste momento) entre a juventude académica de Coimbra.

Porisso nos encontramos de todo o coração ao lado dos que desejam construir naquella cidade, em sítio atractivo, facilmente acessível, e muito próximo do centro, — um stadium.

O local escolhido pelos que medem o alcance deste problema, e em virtude das condições apontadas, é a Insua dos Bentos.

Algumas pessoas, porém, objectaram que se não deve privar o público do panorama que se goza desse local à beira-rio. E a Câmara seguiu este ditame.

Ninguém mais do que nós defende a estética da nossa terra; mas não vemos em que são inconciliáveis as duas ideas: a do stadium e a da estética. Pode construir-se o stadium de maneira que dele se gozem — e com mais comodidades ainda que actualmente, ou que em qualquer jardim que ali se

faça, — todas as maravilhas do Mondego. E' por mau gôsto, e não por necessidade, que costumamos edificar prejudicando os panoramas.

Construir o stadium em sítio menos acessível é deminuir logo de início a própria obra que se tem em vista.

Pedimos pois aos dois partidos uma attitude conciliatória, para que se possam satisfazer os ideais de toda gente. Para quê combater, quando é possível a cooperação?

ANTONIO SERGIO.

«Pois quê! quando os pensamentos se abaixam, quando os caracteres se degradam, quando os principios se obscurecem, quando as intenções se envenenam, quando os actos públicos revelam a triste anarquia que vai nas consciências... pois quê! não será esse o momento próprio, conveniente, necessário, de apelar para a regeneração das ideas, para a propagação dos estudos, para a dedicação das vontades, para a resurreição moral? Não será esse o momento de dizer cada um a verdade que tem dentro do coração?...

As grandes, as belas, as boas cousas só se fazem quando se é bom, belo e grande. Mas a condição da grandeza, da beleza, da bondade, a primeira e indispensavel condição, não é o talento, nem a sciencia, nem a experiencia: é a elevação moral, a virtude da altivez interior, a independência da alma e a dignidade do pensamento e do character.

Se já alguma hora da historia impôs aos que falam alto entre os povos obrigações de seriedade, de profunda abnegação, de sacrificio do eu ás tristezas e miserias da humanidade, de trabalho e silencioso pensamento; se alguma hora lhes mandou serem graves, puros, crentes, é certamente esta do dia de hoje.»

ANTONIO DE QUINTAL.

HOMENS LIVRES

REDACTOR PRINCIPAL: ANTONIO SERGIO
EDITOR: REYNALDO DOS SANTOS

LEITOR! SE ÉS PATRIOTA E HOMEM LIVRE, ASSINA HOMENS LIVRES, DIRIGINDO-TE AO SECRETARIO GERAL, VIEIRA DE CAMPOS, LARGO DO DIRECTÓRIO, 8, 3.º, LISBOA.

Tip. do Comercio-R. Oliveira, ao Carmo, 8

AS 400.000 LIBRAS ESTERLINAS

O caso das 400.000 libras é, porventura, o sintoma mais grave, nestes últimos anos, da desmoralização que invadiu os poderes do Estado e os altos corpos que auxiliam ou corrigem a sua governação. Vergonha, a atitude dos governos sucessivos até hoje. Vergonha, os pareceres da Direcção da Fazenda, do Conselho Geral de Administração Financeira e da Procuradoria Geral da República. Vergonha, vergonha sem nome, a sessão do Parlamento, em que republicanos, monárquicos e católicos, todos na mesma miséria se igualaram.

Este Parlamento desqualificou-se para sempre; e só um homem, Paiva Gomes, saiu inteiramente limpo desta longa série de porcarias.

Estamos em plena República plutocrática; fomos todos vendidos à Finança.

A Redacção dos Homens Livres, pois que a imprensa se calou, pediu ao Dr. Quirino de Jesus uma exposição sobre este caso. Chamamos a atenção dos leitores para as palavras que se seguem. Elas teem, além da autoridade que dá a inteligência, uma outra, hoje bem mais rara: a que vem duma longa e inabalada atitude de protesto.

Os HOMENS LIVRES desejaram que eu expusesse o caso das 400.000 libras e fizesse a respeito d'elles as observações justas. Corresponderei ao desejo, resumindo o que está nos documentos do processo e o que houve na Camara dos Deputados.

Em fins de 1919, estando a 27 $\frac{1}{4}$, 27 $\frac{1}{8}$ e 27 $\frac{1}{2}$ a divisa de Londres, foram pedidas ao Tesouro 200.000 libras pelo Banco Português e Brasileiro, 100.000 pelo Banco Espirito Santo, 100.000 pela firma Torlades e 30.000 pelo Banco Colonial Português, para as conveniências das suas operações. O sr. Rego Chaves, então ministro das finanças, emprestou as, o que visivelmente nem era de boa administração, nem das suas atribuições, pois não é da alçada do Governo fazer empréstimos. Ao mesmo tempo, com o fim de garantir o Tesouro, os interessados depositaram em escudos as importâncias correspondentes, pelo câmbio do dia. Era outra anormalidade, porque nos termos bancários comuns a cobertura devia ser maior, pelos riscos da desvalorização monetária.

Os devedores não fizeram a restituição das libras no fim do prazo, alegando os motivos que lhes pareceram mais adequados. Vieram pedindo, sucessivamente, que ela fosse adiada. Apenas o Banco Colonial Português pagou o seu débito de £ 30.000, o câmbio do dia, como era obrigatório, quando ele já estava a 5 $\frac{1}{2}$ sobre Londres. As outras £ 400.000 nunca mais voltaram, ficando cada vez mais a descoberto a dividas, pela pequenez dos depósitos primitivos, com a baixa progressiva do escudo.

Em 1920, sendo ministro o sr. Pina Lopes, a direcção geral da fazenda propôs-lhe o adiamento da entrega das libras ao Estado, incluindo na sua proposta as palavras *sem encargos*. O sr. Pina Lopes deferiu, com o simples *concordo*. Aquella direcção geral executou o despacho com pleno perdão dos juros vencidos e vincendos. Em carta publicada sexta-feira última, o sr. Pina Lopes vem dizer que nunca fizera nem tencionara fazer tal renúncia. O certo é que esta foi aplicada, pela preconcebida interpretação de que *sem encargos* significava *sem juros*. Fosse como fosse a obra, apenas o poder legislativo os poderia perdoar.

Mais tarde o sr. Cunha Leal, sendo ministro das finanças, reivindicou o direito de passarem a ser cobrados juros. Mandou que fossem liquidados pela taxa de 7 %, em libras no crédito esterlino do Estado, e em escudos no seu debito pelo depósito dos devedores. Mas isso mesmo era destruído pelo resto do seu despacho. Acrescentou que, se a diferença entre a importância apurada pela primeira liquidação e a obtida pela segunda excedesse 50 % desta, o Estado só receberia a parte não excedida, ou, por outras palavras, apenas metade da segunda. Como esta era invariável em escudos, ao passo que a primeira aumentava com o valor da libra e já então era grande, o Estado abandonaria assim cada vez mais os seus juros, sendo já de muitos centos de contos o abandono precisamente naquela ocasião. Isto era tão ilegal como o que fizera o sr. Pina Lopes.

Veio depois o sr. Peres Trancoso. Os devedores propuzeram a ideia singular de que o proprio pagamento do capital esterlino emprestado em 1919 fosse apenas feito quando não houvesse prejuizo para nenhuma das partes. Seria o adiamento indefinido. O ministro concordou, quando por mil razões claras o não podia fazer.

Este expediente grave ainda não satisfazia de vez os devedores. Queriam libertar-se categoricamente dos seus débitos. Foi consultado o Conselho Superior de Finanças a respeito da legalidade do despacho do sr. Cunha Leal. Os vogais respectivos, com excepção do sr. Paiva Gomes, preferiram dois juizos lamentáveis. Por um destes, declararam legal o que o sr. Cunha Leal fizera, concordando tambem com isso, não menos lastimavelmente, a Procuradoria Geral da Republica. Pelo outro, alvitaram que a mesma fórmula adoptada pelo sr. Cunha Leal para os juros valesse tambem consequentemente para a liquidação do capital devido.

A verdade é que os interessados devem 400.000 libras. Se as quiserem pagar em escudos, teem de entregar ao cambio actual cerca de 48.000 contos, menos o deposito primitivo, que é de 3.552 contos. A maior parte destes últimos seriam aliás absorvidos pelos juros não pagos, quando fossem anulados os

perdões absolutos ou relativos que houve, com fundamento nos despachos ilegais dos srs. Pina Lopes e Cunha Leal. Mas, pelo parecer deploravel do Conselho Superior de Finanças, o Estado abandonaria aos devedores cerca de 42.000 contos na conta de capital. O sr. Velinho Correia recusou-se a concordar com isso, julgando que o assunto devia ser entregue ao parlamento.

Constituído o actual Governo, o sr. Velinho Correia, numa carta dirigida ao sr. Gíngest Machado, insinuou que este caso devia ser entregue ao poder legislativo. O sr. Paiva Gomes, na Camara dos Deputados, promovia no entretanto uma interpelação a respeito do emprestimo das 400.000 libras. Ela realizava-se depois de mandado para a mesa todo o processo pelo sr. Cunha Leal.

Houve discursos favoráveis aos interesses do Estado, como os houve contra elles e contra a lei e a justiça. Os primeiros foram os dos srs. Paiva Gomes, Velinho Correia e Antonio da Fonseca. Mas, no resto, o mais triste foi ainda a votação das mocções apresentadas.

Pela do sr. Paiva Gomes, seriam declarados nulos e irritos os despachos ministeriais, e os interessados seriam obrigados a pagar as 400.000 libras e todos os juros devidos pelo contracto. A do sr. Rego Chaves, toda inclinada para os devedores, deixava ao Governo a resolução do caso. A do sr. Moraes de Carvalho, monárquico, pretendia na essência o mesmo que a segunda, embora consignasse que todo este arrastado episódio revelava a *mais completa incapacidade administrativa*.

Todas ficaram sem efeito. A do sr. Paiva Gomes foi rejeitada por monárquicos, alguns democraticos mais ou menos plutealizados, alguns independentes e a maior parte dos nacionalistas. A do sr. Rego Chaves tambem o foi por votantes de todas essas cores, sendo assim logicamente prejudicada a do sr. Moraes de Carvalho, que no fundo era equivalente. Os membros do Governo, por necessidade de officio, e os catolicos, não votaram, saindo da sala uns e outros.

Significa tudo isto que todos os partidos e grupos da Camara estavam influenciados em larga escala pelas pretensões dos interessados. Prevalencia visivelmente a posição equivocada ou tímida: a que não era francamente contra a justiça do Estado nem a favor dela. O resultado final era sempre contra a fazenda pública e em beneficio dos devedores.

A solução do problema é bem simples. O Estado tem de proceder para com os devedores como eles procederiam para com o Estado, ou para com outros bancos, ou firmas ou particulares na sua situação, se fossem elles os credores das 400.000 libras. A Camara desautorizou-se gravemente, depois de toda a má administração que houve a tal respeito. Para que existe ela?

O assunto fica de pé nas mesmas condições irregulares. Nenhum ministro, hoje ou amanhã, concordará com o parecer do Conselho Superior de Finanças. Os devedores continuarão a dever o capital e a pagar apenas os juros cada vez mais ridiculos. E' o que veremos, enquanto o regime de governação for aquele que, por estas e outras maneiras

desastrosas, nos trouxe a este abismo onde nos vamos afundando.

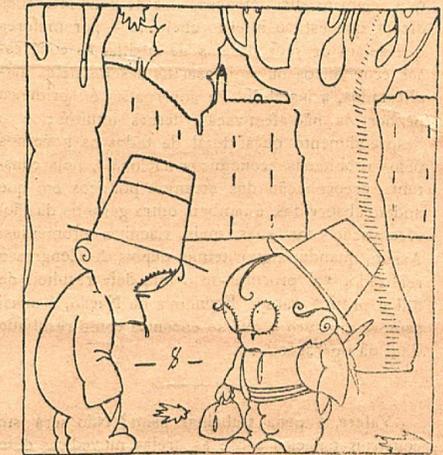
Esta é a vida do Estado, esta é a vida da nação. O ultimo termo de tantas desordens públicas e particulares, que a definem com accleração trágica, seria a impossibilidade fatal de nos governarmos por nós mesmos. E' que não podem ir assim muito além as nossas ruínas, os nossos despresos mutuos de várias naturezas, os choques dos instintos, as miserias de todas as especies. Resta cortar a tempo o caminho dos males, com o esforço heróico da reorganização. Quando a compreendem e a fomentam, no alto do poder, por cima de todos os partidos, grupos e classes, — aqueles a quem compete a iniciativa?

QUIRINO DE JESUS.

«A patria é uma idea, e cumpre que a cada hora seja criada de novo pela vontade colectiva dos cidadãos. Ela só verdadeiramente subsiste quando eles são verdadeiramente patriotas, isto é, quando renunciam a perpetuar os erros e os abusos do passado donde tiram vantagens pessoais, quando conformam o seu proceder com o ideal, que a razão lhes propõe, de justiça universal e de integral liberdade.»

LEÓN BRUNSCHVIG.

A CARICATURA NO ESTRANGEIRO



DE REGRESSO, POR BAGARIA

— ¿Y qué me traes?
— Camisas negras.
— ¡Pero, hombre!
— Chico, es lo que hoy paga menos Aduanas en España!

(De El Sol)

REFLEXÕES SOBRE CONGRESSOS ECONOMICOS

Realizou-se em Lisboa, nesta semana ultima, um novo congresso das Associações comerciais e industriais de todo o país. Teve esse congresso, como tem acontecido, de resto, com todos os anteriores, o assentimento oficial do governo, manifestado, quer pela presença do presidente do governo e do presidente da republica, quer pelos discursos e saudações por ambos feitos ás forças economicas ali representadas. Tudo, até aqui, parece estar muito bem... Simplesmente, nós desejaríamos saber quanto esse congresso gerou de *pratico*, de *tangivel*, de *real*, de *benefico* para a produção nacional, e até que ponto, tambem, as promessas de aplauso e de auxilio ás forças economicas representadas no Congresso, feitas pelos representantes do Estado, poderão ser cumpridas, produzindo-se em factos...

As nossas duvidas são duvidas absolutamente motivadas: no que toca ao Congresso propriamente dito, sabemos muito bem, pelos exemplos anteriores, que as teses nele rapidamente discutidas e aprovadas rapidamente serão esquecidas tambem, trocado o ultimo brinde no banquete final de confraternisação; no que se refere aos governos, por melhor que sejam as suas intenções — e de boas intenções dizem que está o inferno cheio... — por maiores que sejam os seus desejos de auxiliar os congressos economicos ou satisfazer os desejos neles manifestados, a instabilidade governativa é o primeiro penhor da não-effectivação desses intuitos; e o desprendimento quasi total de todos os governos pelos problemas economicos nacionais, pela constante preocupação dos arranjos politicos em que andam absorvidos, é tambem outra garantia da não-effectivação das suas mais risonhas promessas. Assim, quando, algum tempo depois do Congresso realizado, vai procurar-se o que dele resultou de util e pratico para a Economia da Nação, é quasi sempre um zero o que se encontra como resultado final da operação...

Valerá a pena trabalhar assim? Não será isto construir palacios sobre as areias movediças dum deserto? É preferivel, evidentemente, agir pouco a não agir nada. A realização destes congressos anuais tem tido, ao menos, o merito de conglobar, embora momentaneamente, á volta duma finalidade comum, os elementos durante um ano inteiro mais afastados uns dos outros, muitas vezes mal se conhecendo pessoalmente e economicamente, não porque de facto não exista entre todos eles uma solidariedade

economica constante, mas porque lhes falta um organismo superior que os *federe*, que os organize numa comunidade superior ás comunidades de classe já existentes, um organismo supremo que coordene todos esses esforços dispersos pelo país inteiro, polarizando-os e apresentando-os constante e efectivamente diante do Estado. Quer dizer: o que os congressos economicos realizam *uma vez em cada ano*, e sem consistencia alguma, diga-se em boa verdade, pelas razões já acima citadas, realizar-se-ia depois, creado esse organismo, *constantemente*, durante o ano inteiro, transitando de ano para ano, no balanço dos resultados finais, um saldo positivo de beneficios para todas as forças confederadas.

Queixam-se as forças economicas, sempre que se reúnem em qualquer congresso, da indiferença que por elas e pelas suas necessidades os governos manifestam constantemente. O governo promette-lhes muito e não lhes dá nada. O governo esquece as suas promessas, feitas quando vê as forças economicas reunidas em parada, tão depressa essas forças se dispersam, regressando a quartéis, que é como quem diz ás suas actividades particulares... Mas, como não ser assim, se os congressistas são geralmente os primeiros a esquecer as deliberações tomadas em comum? Como podem os governantes fixar uma coisa que os proprios interessados nela são os primeiros a esquecer? Depois, o congresso realiza-se anualmente, é anualmente que o Comércio e a Indústria aprovam as suas grandes teses e dissertações, aliás puramente teóricas; ora, entre nós, no curso lapso dum ano é costume passarem pelo governo dois ou três ministérios... Experimentem os congressistas: quando daqui a alguns mezes por acaso se lembrarem de pedir ao actual chefe do governo o cumprimento das promessas outro dia feitas no congresso, encontrarão no Terreiro do Paço, quando muito, apenas a sombra do sr. Ginestal Machado: o pessoal governativo será já outro, um pessoal que ainda não prometeu nada, mas que se apressará a prometer tudo, para nada cumprir tambem, logo que venha a encontrar-se diante duma parada de forças economicas...

A insuficiencia do Parlamento para representar e defender dignamente os interesses economicos da Nação, é manifesta: só a *poderão* negar as pessoas de má-fé, ou os tolos. Ao lado, acima ou abaixo do actual Parlamento politico, mas enfim, em face do *Estado*, é preciso que se levante uma representação exacta e organica das forças economicas da Nação.

Um país não tem apenas interesses politicos: tem interesses d'ordem moral, d'ordem intelectual, d'ordem economica, tem interesses *sociais*, numa palavra, — interesses que os partidos e o Parlamento não conseguem realmente representar. A Política, isto é, ao governo da Cidade, compete, precisamente, federar, coordenar e dirigir todos os interesses da Nação. Querer que um Parlamento politico, exclusivamente constituído por representantes dos partidos politicos, e só como tal valendo os seus componentes individuais, seja capaz de representar e de se identificar com os interesses economicos da Nação, que ele totalmente desconhece, é querer fazer passar o absurdo por um raciocinio lógico. O Parlamento actual, não contente já com ter realizado o milagre de ser ele a encarnação da soberania popular e ao mesmo tempo o representante dessa soberania d'ante de si próprio, pretende *ainda* avocar a si a representação de interesses que não são d'ordem politica, mas sim d'ordem social, para a representação dos quais só os entendidos nas diversas matérias logicamente devem ser chamados. O padre José Agostinho de Macêdo dizia no *Desenganano*, e com razão, que, sendo o povo *todo* soberano, não havia sobre quem se pudesse exercer a soberania... O mesmo acontece aqui: o Parlamento não pode ser ao mesmo tempo a encarnação do Poder politico e o representante de todos os interesses economicos e sociais diante desse mesmo poder.

AUGUSTO DA COSTA

BIBLIOGRAFIA

ANTONIO SERGIO: *BOSQUEJO DA HISTÓRIA DE PORTUGAL* — Publicação da Biblioteca Nacional, Lisboa, 1923; 2750

Este opúsculo do sr. Antonio Sergio, que apa-receu há dias e teve a recomendá-lo o facto de não ter sido buzinado pelas gazetas, que são, salvo raras excepções, as tubas da camellece nacional, é incontestavelmente um trabalho marcante e representativo, pelo espirito que o anima e pela salutar reacção que denuncia á historiografia do nosso tempo, que, infelizmente, continúa a ser partidária, e no geral, por consequência, pouco séria.

Livrinho muito para se lêr, aconselho-o a toda a gente que pelos prob'emas históricos se interesse, e muito especialmente aos estudantes portugueses, que se vão habituando, victimas do meio, a terem partido em história, como o tem ou podem ter na politica do momento. Eu conheço estudantes

E' preciso, pois, para bem da Nação, separar poderes. Seja qual for a constituição do Estado, desloque-se ou não o poder politico — esse problema não nos preocupa aqui — o necessário, o lógico e tambem o urgente é que o Estado tenha diante de si uma representação legitima dos interesses nacionais, expressa pelos representantes directos de todas as actividades economicas do país, por todos os representantes da Produção nacional, por todas as *forças vivas*, enfim, mas sob condição de nessas forças vivas figurarem as mais *vivas* de todas, que são as do Trabalho. E essa obra, de tão urgente realização, para que o Estado conheça, de facto, as necessidades nacionais e em conjunção com elas governe o país, mais do que a ninguem, aos actuais organizadores dos congressos economicos compete realiza-la. São, na sua maioria, se não na totalidade, pessoas inteligentes e cultas: chamo, por isso, a sua atenção para o que em França se está fazendo nesse sentido, quer com a organização preparatoria das varias *sem mas* economicas, quer com a criação, com caracter permanente, da *Confederação da Intelligencia e da Produção Francesa*, quer com o grande movimento em favor da convocação dos *Estados Gerais*, que será a representação legitima e directa junto do Estado, do poder politico, de toda a actividade económica e social da França.

COMENTÁRIOS

sentia, mas que se pronunciasse, — porque, dizia-nos elle, esta coisa do nem carne nem peixe não convém ao nosso tempo. Ora, este livrinho é justamente contra este espirito de sectarismo que reage no seu aspecto interpretativo, ensinando-nos a vêr justo e a concluir serenamente. Entre a historiografia romântico-jacobina e a historiografia romântico-nacionalista, elle vem estabelecer o necessário equilibrio, aproveitando as verdades que de ambos os lados se carregaram para a elucidação e esclarecimento dos vários problemas em cuja solução se embrenha. Não que o sr. Antonio Sergio traga novos elementos além do bom senso, — que é dos mais necessários, e, infelizmente, entre nós, dos mais raros, — para a exposição das questões da história nacional. Não os traz, já porque elles não estavam na índole do *Bosquejo*, já porque não é um historiador, se por tal entendermos o homem que apura factos em face de documentos. O autor do *Bosquejo* é, acima de tudo, um pedagogo no mais alto, lato e nobre sentido do termo, o qual se serve dos factos que, com os elementos existentes, se podem considerar apurados, *para padrão de toque da ressemblança de certas doutrinas*.

A história, para o notavel autor dos *Ensaíos*, vale sobretudo pelo que nela se encontra de permanente e especialmente de actual. Antes de tudo, procura na história uma lição, e por isso todos os seus trabalhos onde a materia histórica entra como elemento fundamental, tem uma feição acentuadamente moderna e pedagógica. E estes são os dois traços predominantes na fisionomia do livro e que melhor o definem, embora aqui e além prejudicados por pequenas péchhas, evidentemente motivadas pelo destino que era dado a este *Bosquejo*, de simples capitulo prologar no *Guia de Portugal*.

Neste pequeno ensaio pretendeu o sr. Antonio Sergio dar-nos a linha evolutiva da nacionalidade, considerando nela três fases que são as três épocas em que dividiu o seu estudo, ou seja, segundo as suas próprias designações — *Incorporação e organização da metrópole* — *Expansão Ultramarina*, — e *Tentativas para a remodelação interna*.

Na primeira época, que abraçe os alvares da nacionalidade e vai até á revolução de 1383-85, coloca-se com notavel bom senso o tão debatido e sempre vago problema da raça, não se levando além da prudente opinião Herculano; aflóra-se o problema das influencias estranhas na formação nacional — conquista e povoamento —, e desenha-se a situação social portuguesa a traços levíssimos, mas precisos.

Tomando como pontos de referencia os diversos monarcas, vai-nos o sr. Antonio Sergio guiando através da marcha da nacionalidade portuguesa, pondo-nos problemas á meditação e ao estudo. O problema inesiano é bosquejado com notavel equilibrio e sagacidade. A' legislação fernandina dá uma

curiosa e notável interpretação, julgando-a inspirada pela classe dos armadores e comerciantes — por essa burguesia que tão poderosa era, que pôde sustentar a revolução de 1383-85: «O que se gerou na revolução portuguesa de 1383-85 não foi só uma nova dinastia: foi uma nova proporção de importância entre as classes sociais e entre as actividades economicas, dando como resultado uma nova fase da nossa história». (pag. 24)

Segue a segunda época com os problemas das descobertas, de que o sr. Antonio Sergio nos dá uma interpretação sensata e lúcida, que todos devem ter bem presente ao lêrem O. Martins. «Os descobrimentos do século XV», diz-nos o autor do *Bosquejo*, «foram uma façanha de gente metódica, dotada de fria intelligência politica, de visão lúcida, muito precisa, dos objectos práticos a que tendia, e de estudo minucioso dos meios adequados a tais objectos; um suma, em vasto plano de conjunto, capacidades raras de organização; nada que se assemelhe ao aventurismo inconsciente com que a pintaram, depois, os livros retóricos do século XIX.» Nesta época, com a expansão ultramarina resolve Portugal o problema europeu do comércio do Oriente. Com o mesmo processo do capitulo anterior, ou seja de ir tomando para pontos de referencia os monarcas que se vão sucedendo, caminhamos até á crise de 1580. Notavelmente expostos os problemas da Inquisição, da organização colonial sob D. João III, do *Sebastianismo*, da Restauração, fazendo justiça a D. João IV, da reorganização económica portuguesa, exposta por uma falange notável de economistas cujo pensamento foi posto de parte em virtude das minas do Brasil suprirem ás nossas faltas e manterem a nossa ociosidade ou seja o tradicional parasitismo. Inteiramente justo quanto a Pombal, dá-nos o *Bosquejo* com verdade não só o seu periodo de governo mas o que se lhe segue sob o reinado de D. Maria I. Bem posta a questão da partida da corte e do príncipe regente para o Brasil e da existência do partido francês em Portugal. Mal esquiçada, em relação ao que anteriormente ficou, a separação do Brasil.

Finalmente, na terceira época, dá-nos o sr. Antonio Sergio o Portugal que sem a India e sem o Brasil se encontrou a braços consigo próprio, destacando-se nela a parte dedicada ao *fontismo*.

Se na nossa inutilidade nos é licito pedir que trabalhe mais a quem já tanto e tão bem trabalha, pedimos ao sr. Antonio Sergio que nos dê um grande estudo interpretativo da História de Portugal como só elle o seria capaz de fazer, e cuja necessidade é dia a dia maior. A leitura do *Bosquejo*, mais que o convívio que nos honramos de manter com o seu autor, nos dá audácia para formulármos tal pedido.

CASTELO BRANCO CHAVES

Civismo cultural

E' tambem demasiado estreita na nossa terra aquela nova forma de civismo que faz com que os ricos, em seus testamentos, se lembrem das instituições culturais, cujos grandes núcleos foram adquiridos pelos reis e poderosos da terra em beneficio da comunidade. A juntar ultimamente aos casos notáveis de Fialho de Almeida, Augusto Rosa e Luis Fernandes, ha outro que, por vir de pessoa de modesta fortuna, representa uma gentilissima acção de benemerência patriótica que é de toda a justiça arquivar nestas colunas.

O dr. José Agostinho Pereira e Sousa, recentemente falecido em Lisboa, legou ao Museu Nacional de Arte Antiga quatro contos de réis, e ao de Arte Contemporânea dois contos e duzentos mil réis, para aquisições.

V.

Lapsos e mal entendidos

Da rapidez com que foi escrito, composto e impresso o primeiro numero desta revista resultaram lapsos e imperfeições, que nos indicaram pessoas amigas.

Talvez por defeito das nossas palavras, alguns leitores interpretaram como critica aos Integralistas a designação, que se lhes deu, de «almas republicanãs», bem como as frases que escrevemos sobre o fascismo e o riverismo.

E' necessário, para evitar erros de interpretação, colocar essas frases e passagens na idea geral do respectivo artigo, e na intenção que o inspirava.

O que pretendíamos mostrar eram as razões que poderia ter um republicano á nova moda, século XX, democrata *construtor*, de colaborar com um monárquico tambem novo ou século XX; e uma das razões é que, para esses republicanos, os melhores integralistas são «almas republicanãs», *no sentido em que aquêles entendem esta última expressão*, isto é, de individuo que se devota apaixonadamente á *res publica* (e não sobretudo á *res privata*, como succede aos «conservadores») e de estrênuo defensor das liberdades da nação. Que nós *para nós próprios* consideremos como tais, não nos parece que seja coisa com que algo tenham os Integralistas — desde que a designação, para quem a diz, é honrosa; e nada decerto me ofenderiam os mesmos

Integralistas, se, como desforra, me chamassem a mim «alma monárquica», desde que designassem por estas palavras aquilo mesmo que dissemos, — isto é, o entusiasta da *res publica* e das liberdades nacionais.

Em considerável parte, é de palavras e de sentimentos, e não de ideas claras, a divergência entre os Integralistas e os membros da *Seara Nova*: — tanto os membros da *Seara* que se afirmam democratas e *querem* a República, como o que se afirma democrata e *aceita* a dita República (eu), por julgar possível definir as funções de um Presidente, e o seu modo de eleição, por forma tal que possa exercer aquele papel ponderador que os Integralistas dão ao Rei.

Para poder falar mais á vontade, direi só da minha pessoa.

A differença com os Integralistas está, antes de tudo, em que sou racionalista — definindo *razão* como o instinto ou intuição das supremas unidades, da progressiva e dialéctica harmonia dos pensamentos e dos querereres, com o recurso constante, indefinido, á intelligência *critica*, — sem parar em quaisquer dogmas, preceitos, ou tradições; e depois, na afirmação de que, não sendo espontânea a harmonia dos interesses sociais, e, antes, chocando se os das várias classes, é faltando aos técnicos por via de regra o espirito de conjunto, — a representação profissional, por classes, não é suficiente, sendo necessário um parlamento político, além do técnico (recrutado aquêle, claro está, com uma lei eleitoral honesta, como a da Argentina). Crêem os Integralistas numa fórmula social *definitiva*, que, uma vez adoptada, nada deixaria a desejar, acabando por isso com a politica, — ao passo que nós, relativistas, crentes no devir, convictos de que o real não é propriamente *ser* ou *estar*, mas sim *ir sendo*, acreditamos que, ainda que implantássemos amanhã, de comum acôrdo, um regime que todos os homens aceitassem como ideal, surgiriam no dia seguinte os politicos dissidentes. E quanto á regeneração da vida pública, não duvidamos de que seja possível em regime republicano, — como o provam, se não estamos em erro, o Uruguay e a Argentina (que a conseguiram sem espalhafato, golpes teatraes, vistosas scenas, mussolinicas ou riveristas) e o provarão talvez em breve a própria França e a Turquia. Mas isso discutiremos na *Seara Nova* (e na *Nação Portuguesa* os Integralistas) se fôr preciso: porque esta tribuna dos *Homens Livres* é para as ideias que nos são comuns.

Outro caso que outrosim torna necessária uma explicação: o ter escapado, entre os cinco independentes, a menção do nome de Migueis. Perdôe-nos o delicado artista, tão merecedor de caloroso apreço.

Setestrela, Setestrela,
Vai-se a contar, e são seis:
A que falta ao setestrela
Neste rancho a encontrareis.

Quere dizer: aqui fica a estrêla que faltou, do cincoestrela da exposição.

A. S.

A' «Pátria»

Ora falemos à boa paz, visto que somos, nós e a «Pátria», pessoas cultas e educadas.

Nega-nos a «Pátria» razão *explicitamente*; mas implicitamente no-la dá inteira, visto que no seu relato dos factos omitiu... *tudo*, isto é, o próprio caso de que nos queixamos.

Não negamos ao sr. I. A. o direito de fazer crítica, se bem que o que êste senhor escreveu não fôsse crítica, mas descompostura, e nos não pareça muito curial publicar a «Pátria» descomposturas a um seu gratuito colaborador, cuja colaboração fôra, demais, repetida e amabilissimamente solicitada; mas negamos a toda a gente o direito de arrancar favores por meio de quaisquer promessas, para logo a seguir fazer o contrário de tudo aquilo que prometeu.

O sr. I. A., que se encontrava na redacção da «Pátria» ao mesmo tempo do que nós, na noite do dia da pateada no S. Luís, sabedor de que redigiramos uma nota sôbre o caso, *prometeu que não aludiria a êle na sua crítica musical*; e a redacção da «Pátria», *invocando essa promessa*, abonando essa promessa, *dando como argumento essa promessa*, — convenceu-nos a rasgar a nota que escrevêramos. Logo na manhã seguinte, seis ou sete horas depois, sai a «Pátria»: e o sr. I. A., não só aludia ao caso *de que prometera não falar*, mas entrava nêle com valentia, de vento em pôpa e a todo o pano, descompondo-nos a bom descompor! E como o jornal, antes de vir para a rua, tem de ser impresso; e antes de ser impresso tem de ser composto; e antes de ser composto tem de ser escrito, — conclue-se que o sr. I. A. faltou à promessa na própria hora em que prometia!

Que fez então a «Pátria», *abonadora, que era, da palavra do sr. I. A.?*

Por um caso da natureza dêsse (mas com grandíssimas atenuantes, *que nesse se não encontram*) foi descalço Egas Moniz, quasi nu, de corda ao pescôço, êle e tôda a familia, entregar-se ao ludibriado. Nós pedimos justiça à «Pátria», numa carta muito simples, bem humorada, em extremo amável (porque estavamos falando com a dita «Pátria»,

que em altíssima conta sempre tiveramos): e a «Pátria», essa, nem se descalçou, nem pôs corda, nem ligou nenhuma ao caso.

São testemunhas do que afirmamos o distinto administrador da «Pátria» sr. Domingos Cruz, e um redactor cujo nome não sabemos, mas sabe o sr. Cruz; e ouviu a confirmação do facto, da bôca do sr. Cruz, *com nítidas palavras de repulsa ao acto do sr. I. A.*, — o dr. Tiago Sales.

Quanto ao facto inicial, de publicar a «Pátria» descomposturas aos signatários do manifesto, espantou-nos tanto mais que nos confessou o director da «Pátria» a grande pena que sentia por não ter vindo a tempo de o assinar, também êle, — o que constituiu, para nós, uma prova da generosidade, independência, nobreza, coragem moral do seu espirito.

Não nos move, pois, má vontade alguma a êsse periódico, que temos na conta de o mais interessante entre os jornais do nosso país, cuja colaboração de alguns meses recordamos com saudade, e onde se encontram alguns dos amigos que mais estimamos e admiramos; mas há de compreender a «Pátria» que nos era impossível, — *impossível* — deixar de proceder como procedemos; e ela mesmo há de reconhecer, lá no íntimo (porque não ser franca, como os «Homens Livres»?) que neste caso

le jour n'est pas plus pur que le fond de mon cœur.

A. S.

Hospitalidade excessiva

Grande virtude é a hospitalidade: cumpre, porém, não exagerar. Il faut de la vertu; pas trop n'en faut. Parece-nos que o sr. Carlos Amaro exagerou um pouco a hospitalidade, na sua generosa oração ao empresário Nicodemi: custa admitir que o illustre crítico tivesse procedido irrepreensivelmente, sacrificando à gentileza a verdade histórica. *Errare humanum est.*

Repreendeu o sr. Carlos Amaro a Portugal porque não aceitou as propostas de Colombo, esquecendo que escusámos tais serviços porque *sabiamos* muito bem que Colombo estava em êrro, imaginando chegar à India como êle propunha, pois nós próprios tentáramos, já, êsse processo; e esqueceu-lhe também que Colombo, se algo sabia, tudo aquilo que sabia o aprendera com portugueses; Colombo nasceu na Itália: toda a formação, porém, do seu espirito, — foi hispânica. O sr. Carlos Amaro, além disso, pôs a Luís de Camões dentro da sombra de Vergilio, o que pedimos licença para achar injusto; e fez de Antero de Quental um discípulo de Leopardi...

Magnífica intenção; mas... il faut de la vertu; pas trop n'en faut.

A. S.